

Antiecologismo na Rota dos Milagres: turistificação e degradação ambiental no município de Porto de Pedras - AL, Nordeste do Brasil

Anti-Ecologism on the Route of Milagres: touristification and environmental degradation in the Porto de Pedras - AL, Northeast Brazil

Leomar da Silva de Lima 

Mestre em Botânica Aplicada

Universidade Estadual de Feira de Santana - UEFS, Brasil

e-mail, leomscbot@gmail.com

Rennisy Rodrigues Cruz 

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Servidora da rede pública estadual de educação de Pernambuco, Brasil

e-mail, rrcambiental@gmail.com

Thiago Angelin Lemos Bianchetti 

Mestre em Antropologia

Instituto Federal de Alagoas - IFAL, Brasil

e-mail, thiago.bianchetti@ifal.edu.br

Resumo

Em Alagoas, o turismo de sol e praia se faz presente em Maceió, sua região metropolitana, no litoral Sul e Norte do estado, se instalando a partir da implantação de rede hoteleira, pousadas do estilo charme, casas e condomínios de veraneio. O município de Porto de Pedras, localizado na microrregião do Litoral Norte do estado de Alagoas, apresenta como recente atividade econômica o turismo alternativo e de massas que, apesar do forte discurso de ser sustentável através da propaganda da “Rota Ecológica dos Milagres” é gerador de impactos socioambientais. Assim, com este trabalho buscamos apontar as contradições existentes entre a propaganda e a prática ecológica no município de Porto de Pedras em relação à atividade turística. Através de um trabalho de campo e uma pesquisa bibliográfica foram coletadas informações a respeito do surgimento e desenvolvimento dos conflitos socioambientais no município. Os dados mostram que a especulação imobiliária mediada pelo turismo é responsável por mudanças territoriais e no



<https://doi.org/10.28998/contegeo.10i.24.18261>

Artigo publicado sob a Licença Creative Commons 4.0

Submetido em: 30/09/2024

Aceito em: 31/10/2025

Publicado: 05/11/2025

e-Location:18261

Contexto Geográfico | Maceió | v. 10, n. 24 | pág. 348 - 367 | Dez/2025

348

estilo de vida da população local, onde vários crimes ambientais ocorrem com a legitimação do estado através da passividade de órgãos ambientais. Frente aos conflitos ocorrentes, a população resiste às imposições desta nova atividade econômica que lucra se apropriando e degradando a natureza.

Palavras-chave: litoral norte alagoano; turismo; territorialidade; impactos ambientais negativos.

Abstract

In Alagoas, sun and beach tourism is present in Maceió, its metropolitan region, and on the south and north coasts of the state, with the establishment of hotels, charming inns, summer houses and condominiums. The town of Porto de Pedras, located on the northern coast of the state, has recently introduced alternative and mass tourism as an economic activity which, despite its strong claim to be sustainable through the advertising of the “Rota Ecológica dos Milagres”, generates socio-environmental impacts. With this study, we sought to point out the contradictions between publicity and ecological practice in the town of Porto de Pedras in relation to toruism. Through fieldwork and bibliographical research, information was collected on the emergence and development of socio-environmental conflicts in the municipality. The data shows that real estate speculation mediated by tourism is responsible for territorial changes and changes in the lifestyle of the local population, where various environmental crimes occur with the legitimization of the state through the passivity of environmental agencies. Faced with these conflicts, the population resists the impositions of this new economic activity, which profits by appropriating and degrading nature.

Keywords: North coast of the Alagoas; tourism; territoriality; negative environmental impacts.

INTRODUÇÃO

Na perspectiva da sociedade contemporânea, o turismo pode ser entendido como uma atividade oriunda do mundo do trabalho onde se criam serviços de conforto e formas prazerosas de gozar a vida, mesmo que restrita a apenas uma pequena parcela da sociedade (CORIOLANO; BARBOSA e SAMPAIO, 2010). No entanto, por estar em constante redefinição, não há um único e absoluto conceito de turismo (PEREIRO e FERNANDES, 2018), assim, partindo do entendimento que o turismo é uma experiência, o turista passa a ser entendido como um ser histórico em contínua construção e formação (PANOSSO NETTO, 2011 apud PEREIRO e FERNANDES, 2018).

O turismo de sol e praia pode ser considerado como uma experiência de lazer associada à globalização, imitando e adotando os gostos da classe alta (PEREIRO e

FERNANDES, 2018). Entre os impactos socioambientais gerados por essa atividade em áreas litorâneas, além da degradação ambiental direta e indireta, há destaque para as mudanças nos costumes e nos valores dos grupos sociais locais (VASCONCELOS e CORIOLANO, 2008). Em Alagoas, o turismo de sol e praia como atividade econômica não se limita apenas em Maceió (capital) e sua região metropolitana, o mesmo se estabeleceu, também, nos litorais Sul e Norte do estado (CALHEIROS e SILVA, 2017).

Na microrregião do Litoral Norte alagoano é observado, nas últimas décadas, o aumento de construções advindas da estruturação do turismo associado à urbanização como nova atividade econômica para essa região, se alicerçando através da implantação de rede hoteleira, condomínios e casas de veraneio proporcionadas pela especulação imobiliária, principalmente na Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais – APACC (CALHEIROS e SILVA, 2017; CRUZ; GOMES e SOBRAL, 2018).

Criada no ano de 1997 sob Decreto Federal sem número, atendendo ao Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC, Lei Federal nº 9.985/2000. A APACC é a maior Unidade de Conservação Federal marinha costeira do Brasil, possui mais de 400 mil hectares de área e cerca de 120 km de praia e mangues. Intitulada “unidade de uso sustentável”, busca coadunar os objetivos de conservação/preservação ambiental e os usos direto (pesca) e indireto (turismo e pesquisa) dos recursos naturais de maneira sustentável, ou seja, garantir esse uso para as gerações atuais e futuras (ICMBIO, 2022; CRUZ; GOMES e SOBRAL, 2018).

A turistificação, pode ser entendido, segundo Taveira (2015), como:

Processo de apropriação do espaço pelo turismo, ou seja, refere-se ao espaço geográfico que foi fragmentado para atender os interesses do capital privado e dos demais atores sociais envolvidos no processo, quer tenha sido de forma imediata ou, gradativamente (TAVEIRA, 2015).

Desta forma, empresários do setor turístico se apropriam da natureza e da cultura local, transformando-as em mercadoria, sob a legitimação do Estado, onde a turistificação nos municípios que, hoje, compreendem a “Rota Ecológica dos Milagres” expõem um conjunto de contradições e embates ocorridos pela apropriação do espaço, mercantilização da natureza, mudanças na paisagem e pela objetificação, criminalização e encerramento da população, que alicerçam um novo modelo de território pautado na exclusão, injustiça social e racismo ambiental.

Frente as contradições existentes entre a ideia propagandeada de uma “Rota Ecológica” e as problemáticas socioambientais locais decorrentes, direta e/ou indiretamente, por conta do turismo, esse trabalho se propôs a discutir criticamente como a turistificação vem gerando danos ambientais no município de Porto de Pedras, litoral norte de Alagoas, região Nordeste do Brasil.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

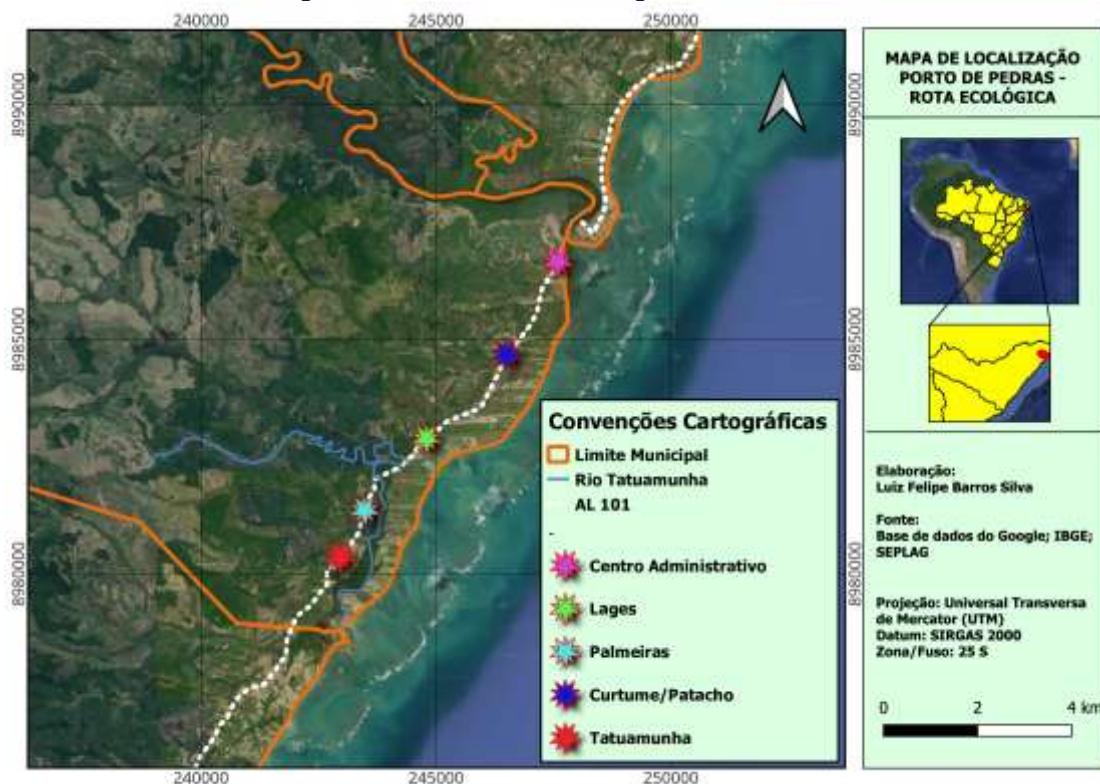
O Município de Porto de Pedras ($9^{\circ} 9' 28''$ S, $35^{\circ} 17' 42''$ O), possui uma área de 257,396 km² onde concentra uma população de 9.295 habitantes. O clima é tropical com chuvas de outono a inverno (Ams'), com média anual de chuvas entre 1.500 mm a 2.200 mm. A vegetação típica corresponde a fitofisionomia da Mata Atlântica (Floresta Ombrófila Densa), com a presença de formações pioneiras de mangue e restinga (BARROS, 2012; ASSIS, 2015; IBGE, 2024).

Sua maior densidade demográfica concentra-se às margens da AL-101 Norte, correspondente ao distrito de Tatuamunha, povoados Palmeiras, Lages e Curtume, centro administrativo e bairro Salinas (Figura 1), a economia é voltada ao funcionalismo público, monocultura do coco (*Cocos nucifera L.*), agricultura familiar, pesca artesanal e, recentemente, a exploração do turismo na região (LIMA e LÉONETO, 2019; LIMA, 2023). No distrito de Tatuamunha, há uma base avançada do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade - ICMBio, onde o órgão realiza trabalhos de reintrodução e monitoramento do Peixe-boi-marinho, mamífero aquático ameaçado de extinção. Além de está inserido na APA Costa dos Corais, Porto de Pedras também apresenta Áreas de Preservação Permanente - APP, como topo de morro, margens de rios e estuários, restinga e manguezal sendo protegidos pela Lei Federal nº 12.651/2012, mas que vêm passando por uma intensa degradação mediada pela especulação imobiliária, mercado imobiliário e o turismo.

Através do método de estudo empírico, incluindo técnicas como a da observação participante, entrevistas, história de vida, entre outras (HAGUETTE, 2007), foi realizado um trabalho de campo entre os anos de 2021 e 2022 no município de Porto de Pedras, o qual foi crucial para a coleta de relatos dos moradores locais e dos registros fotográficos que expõem nosso objeto de estudo. Essas informações, se

baseando na perspectiva descritiva, buscou identificar, relatar e comparar os aspectos relevantes para a análise do fenômeno local (RAUPP e BEUREN, 2006).

Figura 1 - Município de Porto de Pedras, uma das áreas delimitadas como “Rota Ecológica dos Milagres”, Litoral Norte de Alagoas, Nordeste do Brasil



Fonte: elaborado pelos autores e Luiz Felipe Barros (2023)

As informações geradas a respeito dos pontos centrais de ocorrência dos conflitos e/ou degradação ambiental local, permitiram traçar um panorama atual da situação contraditória entre a propaganda e a prática “ecológica” na Rota dos Milagres, sustentada por uma revisão bibliográfica no Google Scholar a partir da palavra-chave “Rota Ecológica dos Milagres”, onde com o filtro de cerca de 6.750 resultados, foram selecionados artigos científicos realizados, em partes ou na íntegra, nos municípios cujo território compreende a já mencionada rota. Como material suplementar, foram analisadas matérias sobre a temática em mídias alternativas e redes sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Possuindo várias características ambientais semelhantes, os municípios de Passo de Camaragibe, São Miguel dos Milagres e Porto de Pedras, atraíram, principalmente nas últimas décadas, a atenção do capital estrangeiro, onde diversos grupos de várias nacionalidades adquiriram parte desse território e ao se aproveitarem de suas belezas naturais, criaram a chamada “Rota Ecológica dos Milagres” como instrumento de propaganda, transformando a natureza e as relações sociais locais em lucro e trazendo para a região problemas não enfrentados antes por seus habitantes, como a especulação da terra, a destruição dos biomas, a privatização das praias, mudança na cultura, economia e surgimento de políticas públicas que atendem essencialmente os detentores do poder (CRUZ; GOMES e SOBRAL, 2018; CRUZ; GOMES e ALBUQUERQUE, 2023). Além do crescimento da violência na região (ROTA ECOLÓGICA EM FOCO, 2023).

A turistificação da área, hoje conhecida como Rota Ecológica dos Milagres, deu-se início bem antes da criação da mesma, onde passou por dois processos distintos. Primeiro, se estabeleceu o turismo dito “alternativo”, tendo como marco a construção da pousada Coté Sud no município de São Miguel dos Milagres, no ano de 1999 (CARVALHO, 2014; MENDONÇA e ARAUJO, 2021). As pousadas do estilo charme, grande maioria oriunda do empresariado estrangeiro, principalmente europeu, são o chamariz típico desse tipo de turismo, oferecendo aos seus hóspedes, exclusivamente da classe alta, todo o conforto para desfrutar as belezas naturais, sob um discurso preservacionista de natureza protegida pela propriedade privada, apropriando-se da mesma tornando-a em mercadoria, enquanto vende um turismo, dito, “sustentável” (CAMÉLO e ARAUJO, 2018; CRUZ; GOMES; SOBRAL, 2018; CRUZ; ALBUQUERQUE; GOMES, 2022; CRUZ; GOMES; ALBUQUERQUE, 2023). Após o estabelecimento do turismo alternativo em São Miguel dos Milagres, o mesmo “migrou” para os municípios vizinhos: Porto de Pedras e Passo do Camaragibe (FRAGA, 2013; SILVA, 2019).

A partir da intensificação do turismo na região, com aumento de casas de veraneio, surgimento de condomínios e receptivos, empreendimentos que, ao se estabelecerem, firmaram o turismo de massa na região, tendo como principais

atrativos as praias e estuários locais. Nesse contexto, empresários do setor turístico criaram, no ano de 2010, a “Rota Ecológica dos Milagres” como principal estratégia de marketing para esse novo território a ser explorado (CAMÉLO e ARAUJO, 2018; MENDONÇA e ARAUJO, 2021; CRUZ; ALBUQUERQUE e GOMES, 2022).

Somando-se ao turismo alternativo (ou de charme), o estabelecimento do turismo de massa aprofundou ainda mais os conflitos locais a respeito da privatização e acesso ao território e apropriação e degradação ambiental (CRUZ; GOMES; ALBUQUERQUE, 2023). Apesar da massiva propaganda de uma “Rota Ecológica” as contradições vistas e vividas, principalmente pela população, contrapõem o caráter ecológico e/ou sustentável de tal atrativo.

A dominação capitalista de determinada área, ora considerada propícia ao turismo, se inicia pelo espaço, uma vez que o mesmo é anterior ao território, no espaço as ações de apropriação conduzidas pelos atores sociais originam, a posteriori, o território (RAFFESTIN, 2011). Com a transformação do espaço em mercadoria pelo capital, surgem novas atividades econômicas voltadas, por exemplo, ao lazer e turismo, resultando em mudanças socioespaciais profundas, redefinindo as singularidades espaciais e reorientando os usos, onde o turismo, enquanto prática social, se apropria e domina muitos territórios (CURIOLANO, 2006). No turismo, por meio do uso antrópico, ocorre a mercantilização da natureza, transformando-a em recurso por meio de atrativos e/ou produtos turísticos, nas regiões litorâneas, a apropriação do espaço e, consequentemente, dos elementos contidos no mesmo, criam territórios turísticos através de relações de poder, formando assim, territorialidades variadas (SOBREIRA e VILAR, 2018).

Ao serem dominados, os territórios tornam-se ao mesmo tempo meios e produtos das relações de poder produzidas para e pelo turismo (CURIOLANO, 2006). As várias territorialidades existentes em um mesmo território podem apresentar interesses antagônicos quanto o uso dos recursos ambientais, onde cada grupo social distinto, ou ainda indivíduos, causam impactos sociais, ideológicos, políticos, culturais e ambientais de acordo com seus interesses, promovendo conflitos entre os atores sociais da mesma base material ou de territórios diferentes (SANTOS e VILAR, 2013), como exemplo, podemos citar o bloqueio, por muros e/ou cercas de condomínios em construção, de caminhos que historicamente eram utilizados por moradores locais, inviabilizando, assim, o acesso às praias (Figura 2). Entre essas obras, a representada

pela figura da direita (2B), não apresenta placa com identificação da licença junto ao órgão ambiental responsável, e uma vez que a mesma causou dano direto à restinga herbácea, foi realizada denúncia ao Instituto do Meio Ambiente de Alagoas - IMA. No entanto, até o presente momento, não houve respostas do mesmo.

Figura 2 - Muros obstruindo o acesso dos moradores locais à praia de Lages, Porto de Pedras, AL. (A) Condomínio em construção. (B) *Resort* em construção, detalhe para degradação de restinga herbácea



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

A construção de muros e cercas impedem a locomoção de moradores em certos pontos, sendo necessário a abertura de desvios, muitas vezes distantes dos locais originais. Essa situação começou a fazer parte da realidade local desde a construção e inauguração, no ano 2003, da pousada estilo charme Aldeia Beijupirá, na praia do povoado Lages, sendo conhecida como a pousada de artistas globais, a mesma é protagonista de conflitos com a comunidade local, uma vez que os moradores muitas vezes foram, e ainda são, impedidos de banhar-se no mar em frente à mesma ou ocupar as áreas adjacentes na praia.

Do povoado de Lages, esse tipo de empreendimento migrou para a foz do Rio Tatuanunha, no Distrito de mesmo nome. Além das pousadas, há casas de alto padrão nas proximidades do estuário, onde também se encontra a base do ICMBio (CRUZ; ALBUQUERQUE e GOMES, 2022). Em seguida, seguiu em direção à praia do Patacho, em parte no povoado de Lages, mas em sua maior extensão no povoado Curtume. A praia do Patacho, apesar de ser por dois anos consecutivos certificada com o selo internacional Bandeira azul de sustentabilidade (G1 ALAGOAS, 2022), é palco de conflitos em relação à privatização de espaço público e mobilidade da população, uma

vez que empresários do turismo recorrentemente fecham o acesso da população ao local. Apesar de no município, antes desse contexto, já dispor de pequenas pousadas e estadias, as mesmas detinham pequeno porte, sendo empreendimentos familiares. Com o início das atividades da Aldeia Beijupirá, iniciou-se a apropriação do espaço e do estabelecimento de novas territorialidades, onde a especulação imobiliária focada na produção capitalista, ditam quais localidades podem ser acessíveis à população.

Antes da intensificação da especulação imobiliária, a área costeira de Porto de Pedras era pouco habitada, atualmente há pousadas, hotéis, segundas residências, condomínios fechados e loteamentos, além do início da construção de um grande resort, que visando o acúmulo de capital e em detrimento da natureza, impactam a biodiversidade e a vida da população (CRUZ; GOMES e SOBRAL, 2018), fortalecendo a especulação imobiliária e firmando tanto o turismo alternativo, quanto o de massas no local. Observamos então uma tendência do turismo em seu processo de territorialização, pois, situações semelhantes foram registradas em outras localidades do litoral brasileiro (DEBEUS e CRISPIM, 2008; MELLO-SILVA, 2009; MEDEIROS e NASCIMENTO, 2010; SANTOS e VILAR, 2013).

É evidente o quanto o turismo, e consequente a especulação imobiliária, vêm impactando significativamente a paisagem local. À medida que Porto de Pedras se torna mais conhecida como destino turístico através da propaganda da Rota Ecológica dos Milagres, cresce a demanda de tomada de espaço e construção de territorialidades para receber os consumidores deste setor, os turistas. Assim, a escassez do espaço enquanto mercadoria adquire um valor de troca em detrimento do valor de uso, elevando o preço do espaço e das propriedades nele construídas (CORIOLANO, 2006).

Os empreendimentos turísticos locais, ao oferecerem as praias como seu principal atrativo, se estabeleceram em sua proximidade, ou seja, nas áreas de restinga do município. No sentido biótico, restingas são o conjunto das comunidades existentes sobre depósitos arenosos costeiros, dotada de particular diversidade funcionalmente ligada a certas adaptações em um sistema com baixa resiliência, tornando sua conservação prioritária (CERQUEIRA, 2000).

Apesar das áreas de restinga em Porto de Pedras serem antropizadas, tendo sua vegetação nativa substituída por coqueirais, é possível observar no local fragmentos vegetais, moitas e capoeiras que ainda apresentam suas características ambientais e ecológicas, como é o caso das empueiras, termo local que designam os

brejos de restingas encontrados na praia de Lages (Figura 3), nessa praia eram contabilizados quatro brejos de restingas, sendo que dois foram aterrados para a construção de pousadas e dois se encontram ameaçados por esses empreendimentos.

Além de ser uma fonte de água doce e repouso para pequenos mamíferos, aves e répteis, as empueiras também são utilizados como criadouro por algumas espécies de peixes, anfíbios e crustáceos, mantendo também uma pequena comunidade vegetal adjacente, que assim como as espécies animais, ainda não foram catalogadas, logo são “desconhecidas”, mas já se encontram ameaçados pelo avanço da atividade turística mediado pelo mercado imobiliário.

Figura 3 - Empueiras (brejos de restingas) na praia de Lages, Porto de Pedras - AL. (A) Mais preservada, apresenta poucos sinais de degradação. (B) Altamente degradada por aterramento para a construção de uma pousada (C) Degrada por empreendimento próximo de sua área de ocorrência. (D) Levemente degradada após obra com a técnica “sand bag”.



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Ainda referente a degradação da restinga na praia de Lages, foi observada uma obra de contenção ao avanço do mar com o objetivo de conter a erosão marítima na costa, utilizando a técnica “Sand bag” (saco de areia), tal obra foi liberada pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA. Contudo, não foi observado, a priori, o objetivo de tal obra (contenção da erosão), ao contrário, deu vazão ao avanço da maré (Figura 4), uma vez

que foi removida a barreira natural formada na praia, o que acarretou não só no avanço do mar, mas também a degradação da empoeira (Figura 3D).

Figura 4 - Obra de contenção do mar na praia de Lages, Porto de Pedras - AL, utilizando-se da técnica “*Sand bag*” para evitar erosão marinha. (A) Antes. (B) Durante. (C-D) Depois da contenção do mar.



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Na região há atuação de dois órgãos ambientais, o IMA que corresponde a esfera estadual, sendo responsável pela fiscalização, atuação de crimes ambientais e liberação e/ou embargo de obras. E o ICMBio, constituindo a esfera federal, que desenvolve trabalhos de conservação do Peixe-boi-marinho e educação ambiental junto à população local e escolas da região, muitas vezes em conjunto com o Instituto Yandê e os voluntários, conhecidos como Jovens Protagonistas (SANTANA e SANTOS, 2016; SANTANA; GAMA e SANTOS, 2018; CRUZ; ALBUQUERQUE e GOMES, 2022; CRUZ; GOMES e ALBUQUERQUE, 2023). Entretanto, a população local não detém nesses órgãos segurança para tratar desses problemas, seja pelo desconhecimento de seu papel enquanto sujeitos locais na preservação ou pela criminalização e retirada do protagonismo dessa população nas tomadas de decisões a respeito dos problemas que vêm ocorrendo localmente. Onde, pelos relatos coletados por Cruz, Albuquerque e

Gomes (2022) e Cruz, Gomes e Albuquerque (2023), é presumível que o IMA assumiu um lado oposto da preservação ambiental e da população local.

Alguns exemplos que alicerçam essa afirmação foram averiguados e registrados em nosso trabalho de campo, como um residencial, que ao construir uma pequena ponte de madeira em um riacho, causou impactos no mesmo (Figuras 5A-B). Grandes empreendimentos utilizam solo retirado de morros da região para o processo de terraplanagem dos terrenos, que ao retirarem a vegetação local, causando danos à flora, resultam no processo de erosão (Figura 5C-D).

Na praia de Lages, um condomínio que desde o início de sua construção vem degradando a vegetação herbácea e arbórea nativa da restinga (Figura 5E), além da recorrente degradação provocada no local, o mesmo também inicio o fechado de outro trecho de acesso à praia. Nesse mesmo local, demarcado como Área de Uso Comum (Processo: 04982.001916/2017-88, Termo de autorização de uso sustentável nº 003/2017 - Área 05), outras obras e o Receptivo Sonhos do Patacho vem provocando o encurralamento dos pescadores artesanais que historicamente usam a área para guardar seus barcos e materiais de trabalho (Figura 5F).

Figura 5 - Áreas de degradação ambiental e conflitos socioambientais legitimados pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA, nos povoados de Lages e Curtume, Porto de Pedras-AL. (A-B) Riacho degradado após construção de ponte e sua licença de execução. (C-D) Áreas degradadas pela retirada de solo para terraplanagem, setas indicando escavadeiras. (E) Remoção de restinga herbácea em área de recuperação. (F) Encurrallamento de pescadores locais



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Além desses acontecimentos que colocaram em xeque o papel do IMA na região, há ainda um caso de grande repercussão: o fechamento de uma via na praia do Patacho, entre os povoados de Lages e Curtume. Esse caminho era o principal acesso à praia e o mesmo passa em frente a pousada Reserva do Patacho, o empresário, dono da pousada acionou o órgão com a justificativa de preservação da área que estaria sendo impactada com o crescente fluxo de bugres, assim, houve um grande desvio, que gerou conflitos não só com bugueiros, mas também com parte da população, o caminho continuou aberto para pedestres, mas toda a área foi cercada com a justificativa de ser realizado no local a recuperação da vegetação nativa. Contudo, a figura 6, mostra que, na área que haviam sido plantadas mudas de aroeira (*Schinus terebinthifolia* Raddi), as mesmas foram retiradas e o caminho está sendo asfaltado.

Reportagem independente da Mídia Caeté (2023), realizada nos municípios da área da Rota Ecológica dos Milagres, registrou, a partir de relatos da população local, questões mencionadas neste trabalho: apropriação de áreas e privatização de praias, degradação ambiental nas restingas e áreas úmidas como mangues e brejos, desmatamento em topo de morro, desapropriação de pescadores, etc. Entre os vários casos listados, a matéria destaca a retirada da cobertura vegetal no topo do morro onde se encontra o farol de Porto de Pedras, segundo a reportagem:

Uma extensa área de vegetação foi desmatada no alto do Morro Nossa Senhora da Piedade, próximo ao conhecido Farol, da cidade de Porto de Pedras. A devastação da mata no topo do morro, o que configura uma Área de Preservação Permanente, horrorizou moradores da comunidade, que também relatam não se conformar com as constantes procuras sem resposta ao Instituto do Meio Ambiente - IMA (MÍDIA CAETÉ, 2023).

Figura 6 - Caminho de acesso à praia entre os povoados de Lages e Curtume, Porto de Pedras - AL, alvo de controvérsia sobre seu bloqueio



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

O aparente descaso frente a degradação ambiental no município gera insatisfação com os trabalhos realizados pelo IMA, que segundo as pessoas entrevistadas, o mesmo age em prol dos empresários, resguardando-os, uma vez que todas as obras, mesmo as que estão causando impactos ambientais negativos, detêm autorização do órgão, ignorando os conflitos socioambientais causados por esses empreendimentos. Em entrevista com moradores locais, referente a degradação do morro Nossa Senhora da Piedade, foi relatado que:

Se fosse um agricultor para plantar uma roça, né? Um pedacinho de terra para plantar mandioca, macaxeira, e que nem iria desmatar, eles baixariam aqui. Não duvide disso. Para o ribeirinho, para o pescador, para o bugueiro, para o cara que tem uma palhoça na beira da praia, não pode. Mas chega os caras de fora, às vezes, muita gente até fora do país vem, faz o que quer aqui, desmata e não dá em nada. E depois ainda o IMA ainda coloca uma placa autorizando dizendo que a obra é regular (MORADOR LOCAL apud MÍDIA CAETÉ, 2023).

Os conflitos socioambientais em Porto de Pedras são resultados da territorialização capitalista que ao se apropriar da natureza ditam como se darão as relações com a natureza e com a população local. Nesse processo a especulação imobiliária é a ferramenta motriz, pois objetivando o lucro da apropriação e exploração de determinada área, podem levar a reação dos atores envolvidos mediante os interesses de cada grupo em relação ao uso do território (CRUZ; ALBUQUERQUE e GOMES, 2022). Nesse cenário, a presença do maquinário pesado (caminhões, tratores e retroescavadeiras), passaram a fazer parte do cotidiano local (Figura 7). Protagonizando não só impactos ambientais negativos, como: a retirada de solo de topes de morros (Figura 7A) e aterrramento de áreas alagadiças (Figura 7B), mas também conflitos sociais, a exemplo do fechamento de caminhos e supressão de restinga (Figura 7C) e da derrubada de palhoças na praia de Tatuamunha, local de trabalho dos pescadores tradicionais (Fig. 7D-E). Nesse último caso, a mobilização dos pescadores reverteu a situação, entrando com ação no Ministério Público, onde aguardam decisão (CRUZ; GOMES e ALBUQUERQUE, 2023).

Como mencionado por Cruz, Albuquerque e Gomes (2022), esses conflitos podem ocorrer entre os agentes das esferas municipal, estadual e federal norteadas pelo licenciamento ambiental e como cada esfera irá se portar frente seus interesses. Vale lembrar que o município de Porto de Pedras, no ano de 2022, passou pelo processo de construção “coletiva” de seu plano diretor, contudo, até o momento os

materiais elaborados nesse processo ainda não se encontram no site da prefeitura, mesmo havendo a indicação do mesmo (Figura 8).

Figura 7 - Retroescavadeiras ao serviço da degradação ambiental e conflitos sociais em Porto de Pedras - AL. Seta indicando retroescavadeiras.



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

Figura 8 - Site oficial da Prefeitura de Porto de Pedras o qual está ausente os documentos que correspondem ao plano diretor municipal



Fonte: elaborado pelos autores (2023).

É observado então que, no local, nem mesmo através de políticas públicas, ainda que as mesmas mantenham um papel central na minimização dos problemas causados

pelos que detêm o poder (SOUZA, 2006), não há atuação frente a uma possível resolução dos problemas, ao contrário, agravam-se ainda mais. Como no caso da não divulgação do plano diretor municipal, pois seu desconhecimento reflete diretamente na degradação ambiental e ao cerco à população local.

Frente as problemáticas socioambientais ocorridas e o descaso dos órgãos que deveriam mediar tais conflitos, em Porto de Pedras a população vem resistindo, um exemplo foi a mobilização ocorrida no povoado Curtume no ano de 2015 quando pousadas fecharam o acesso da população à praia (Figura 9). Infelizmente, o movimento dos moradores foi cooptado pela esfera pública municipal, que tomando a vanguarda da situação minou a atuação popular. Mas, é preciso afirmar o papel da população no enfrentamento desses conflitos que vêm não só modificando seu espaço de reprodução sociocultural, mas também a própria dinâmica de vida dessas populações.

Figura 9 - Protesto da população do povoado Curtume, Porto de Pedras - AL, resultante do fechamento ao acesso à praia pelos empresários locais do turismo em 2015.



Fonte: elaborado pelos autores (2023)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A turistificação nos municípios fagocitados pelo jogo de marketing conhecido como “Rota Ecológica dos Milagres” alicerçou um território capitalista onde o empresariado do turismo, representantes do capital estrangeiro, se apropriam, privatizam e degradam não só a natureza, mas também as relações que a população possuem com ambiente.

Em Porto de Pedras, a degradação ambiental advinda da turistificação, se tornou uma nova realidade dentro das comunidades do município, a situação se agrava à medida que o poder público, principalmente na esfera estadual representado pelo Instituto do Meio Ambiente - IMA, coaduna com tal degradação, uma vez que sua atuação, de forma desigual, favorece os empresários do turismo enquanto a população local sofre com conflitos socioambientais decorrentes da privação de acessos às praias, relocação de pescadores tradicionais, remoção da cobertura vegetal e de solo de morros, aterramento de áreas úmidas e brejos de restingas, entre outros.

Trabalhos futuros realizados com a população local, além de dar voz a essas pessoas, devem servir também para um entendimento mais detalhado sobre a complexa relação entre a atividade turística, economia local, conflitos socioambientais e mudanças no modo de vida dessa população, assegurando-lhes o direito de acesso e uso de seu território.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, W. A.; TEMOTEÓ, J. A. G.; ANDRADE, M. O.; TREVIZAN, S. D. P. Desenvolvimento local, turismo e populações tradicionais: elementos conceituais e apontamentos para reflexão. **Interações**, Campo Grande, v. 18, n. 4, p. 5-18, 2017. DOI: <http://dx.doi.org/10.20435/inter.v18i4.1392>
- ASSIS, J. S. **Prímícias da ciência geofitoambiental** / José Santino de Assis. - - Maceió, AL: Queima-Bucha, 2015.
- BARROS, A. H. C. **Climatologia do Estado de Alagoas** / Alexandre Hugo Cesar Barros...[et al...] - - Dados eletrônicos. Recife: Embrapa Solos, 2012.
- CALHEIROS, S. Q. C.; SILVA, P. R. F. Dinâmica territorial do litoral meridional do Estado de Alagoas – Brasil. **Revista de Geografia**, Recife, v. 34, n. 3, p. 26-46, 2017.
- CAMÉLO, A. R. S.; ARAUJO, L. M. O olhar local sobre o turismo na Rota Ecológica (AL). **Revista Brasileira de Ecoturismo**, São Paulo, v.11, n.1. p. 81-105, 2018.

CARVALHO, R. K. A. **Pousadas de charme como uma alternativa para o turismo sustentável em São Miguel dos Milagres – AL.** Maceió, AL. Monografia (Bacharelado em Geografia) – Universidade Federal de Alagoas, Instituto de Geografia, Desenvolvimento e Meio Ambiente, Maceió, AL, 2014. 63f.

CERQUEIRA, R. Biogeografia das restingas *In:* Esteves, F.A. & Lacerda, L.D.(eds). **Ecologia de restingas e lagoas costeiras.** NUPEM/UFRJ, Macaé, Rio de Janeiro, Brasil. 2000. p 65-75.

CORDEIRO, I.; BENTO, E.; BRITTO, C. Turismo e desenvolvimento sustentável: considerações sobre o modelo de resorts no litoral nordeste do Brasil. **Caderno Virtual de Turismo.** Rio de Janeiro, v. 11, n. 3, p.355-369, 2011.

CORIOLANO, L. N. M. T. Turismo: prática social de apropriação e de dominação de territórios. *In: América Latina: cidade, campo e turismo.* Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006. p.367-378.

CORIOLANO, L. N. M. T.; BARBOSA, L. M.; SAMPAIO, C. F. Veraneio, turismo e especulação imobiliária no porto das dunas – litoral cearense. **Aportes y Transferencias / Tiempo libre: Turismo y Recreación,** Mar del Plata, v. 1, n. 14, p. 42-58, 2010.

CRUZ, R. R.; GOMES, E. T. A.; SOBRAL, M. C. M. A natureza enquanto práxis humana: uma análise do uso e ocupação do território de São Miguel dos Milagres – AL. **Revista Rural & Urbano,** Recife, v. 3, n. 1, p. 104-123, 2018.

CRUZ, R. R.; ALBUQUERQUE, M. Z. A.; GOMES, E. T. A. Conflitos socioambientais no território da rota ecológica dos milagres em Alagoas/Brasil. **Ciência Geográfica,** Bauru, v. 26, n. 1, p. 231-254, 2022. DOI:

<https://doi.org/10.18817/26755122.26.01.2022.2880>

CRUZ, R. R.; GOMES, E. T. A.; ALBUQUERQUE, M. Z. A. A estética tropical como mercadoria na Rota Ecológica dos Milagres em Alagoas/Brasil. **Revista Observatorio de la Economía Latinoamericana,** Curitiba, v. 21, n. 8, p.7769-7796, 2023.

DEBEUS, G.; CRISPIM, M. C. O turismo nas piscinas naturais de Picãozinho, João Pessoa, PB – percepções, conflitos e alternativas. **REA – Revista de Estudos Ambientais,** v.10, n. 1, p. 21-32, 2008.

FRAGA, F. F. **A expansão do turismo em São Miguel dos Milagres-AL:** contribuições e obstáculos ao desenvolvimento local. 2013. 101 f. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento e Meio Ambiente) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2013.

FRATUCCI, A. C. Turismo e território: relações e complexidades. **Caderno Virtual de Turismo.** Edição especial: Hospitalidade e políticas públicas em turismo. Rio de Janeiro, v. 14, supl.1, p.87-96, 2014.

G1 ALAGOAS. Praia do Patacho, em AL, ganha novamente selo internacional Bandeira Azul. 2022. Disponível em: <<https://g1.globo.com/al/alagoas/noticia/2022/11/03/praiado-patacho-em-al-ganha-novamente-selo-internacional-bandeira-azul.ghtml>>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

HAGUETTE, T.M.F. **Metodologias qualitativas na sociologia**/ Teresa Maria Frota Haguette. - 11. ed. - Petrópolis, RJ: Vozes, 2007.

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Panorama municipal**. 2024. Disponível em: <<https://cidades.ibge.gov.br/brasil/al/porto-de-pedras/panorama>>. Acesso em: 22 de setembro de 2024.

ICMBIO - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. **Área de Proteção Ambiental Costa dos Corais**. 2022. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/>>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

_____. **O que fazemos**. 2022. Disponível em: <<http://www.icmbio.gov.br/apacostadoscorais/o-que-fazemos.html>>. Acesso em 05 de novembro de 2022.

LIMA, L. S.; LÉO NETO, N. A. “Benzo com essa aqui”: conhecimento local de plantas utilizadas na benzeção em uma comunidade do município de Porto de Pedras -AL. **Revista Mundaú**, n. 7, p. 138-154. 2019. DOI: <https://doi.org/10.28998/rm.2019.n.7.8000>

LIMA, L. S. Conhecimento etnobotânico das plantas de cura em uma comunidade do norte alagoano, nordeste do Brasil. **Revista Ouricuri**, [S. I.], v. 13, n. 1, p. 159-177, 2023. DOI: <https://doi.org/10.59360/ouricuri.vol13.i1.a17051>

MEDEIROS, M.; NASCIMENTO, E. Turismo, unidade de conservação e conflito em Ilha Grande (Angra dos Reis, RJ): o caso da comunidade da Vila do Aventureiro. **Caderno Virtual de Turismo**, v. 10, n. 3, p. 46-60, 2010.

MELLO e SILVA, S. B.; SILVA, B. C. N.; CARVALHO, S. S. Globalização, turismo e residências secundárias: o exemplo de Salvador-Bahia e de sua região de influência. **Observatório de Inovação do Turismo – Revista Acadêmica**, v. 4, n. 3, p. 1-15, 2009.

MENDONÇA, R. S. A.; ARAUJO, L. M. Superposição de destinos turísticos: desafios para a governança territorial. **GeoTextos**, v. 17, n. 2, p.139-161, 2021.

MÍDIA CAETÉ. **Ecologia Fora da Rota**. 2023. Disponível em: <<https://midiacae.com.br/fora-da-rota/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.

_____. **IMA silencia sobre extenso desmatamento em topo de morro ao lado do Farol de Porto de Pedras**. 2023. Disponível em: <<https://midiacae.com.br/ima-silencia-sobre-extenso-desmatamento-em-topo-de-morro-ao-lado-do-farol-de-porto-de-pedras/>> Acesso em: 20 de setembro de 2023.

PEREIRO, X.; FERNANDES, F. **Antropologia e Turismo**: Teorias, métodos e práxis / Xerardo Pereiro y Filipa Fernandes. Tenerife: PASOS, RTPC, 2018, 496 p. incluída bibliografia.

- RAFFESTIN, C. **Por una Geografía del Poder**. El colegio de Michoacan, 2011, 190p.
- RAUPP, F. M.; BEUREN, I. M. Metodologia da pesquisa aplicável às Ciências Sociais. In: I. M. Beuren (Ed.), **Como Elaborar Trabalhos Monográficos em Contabilidade: Teoria e Prática**. São Paulo: Atlas, 2006. 3^a ed. p.76-97.
- ROTA ECOLÓGICA EM FOCO. **Violência abala pacata Porto de Pedras**. 2023. Disponível em: <<https://www.instagram.com/p/Cw7eor6uBk4/>>. Acesso em: 20 de setembro de 2023.
- SANTANA, G. R. A.; SANTOS, J. U. O protagonismo juvenil na conservação da área de proteção ambiental costa dos corais. **Revbea**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 327-334, 2016.
- SANTANA, G. R. A.; GAMA, J. A. S.; SANTOS, E. B. Análise da inserção da educação ambiental nas escolas estaduais da região central da área de proteção ambiental costa dos corais (AL). **Revbea**, São Paulo, v. 13, n. 4, p. 216-227, 2018.
- SANTOS, P. P.; VILAR, J. W. C. Território e conflitos ambientais do turismo de segunda residência na APA litoral Sul (SE). **Ateliê Geográfico**, Goiânia, v. 7, n. 2, p.44-70, 2013. DOI: <https://doi.org/10.5216/ag.v7i2.15644>
- SILVA, T. R. P. **Territorialização turística das pousadas da rota ecológica, litoral norte de Alagoas**. 2019. 165 f. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo: Dinâmicas do Espaço Habitado) – Faculdade de Arquitetura, Programa de Pós Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Alagoas, Maceió, 2016.
- SOBREIRA, J. S.; VILAR, J. W. C. Práticas turísticas e ordenamento territorial na orla marítima do município de Coruripe/AL. **Sociedade e Território**, Natal, v. 30, n. 2, p. 145-168, 2018.
- SOUZA, C. 2006. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n.16, p. 20-45, 2006. DOI: <https://doi.org/10.1590/S1517-45222006000200003>
- TAVEIRA, M.S. A turistificação de São Miguel do Gostoso: a internacionalização da “cidade dos ventos”. **TURYDES: Revista sobre Turismo y Desarrollo Local Sostenible**, v. 8, n. 19, p. 1-13, 2015.
- VASCONCELOS, D. A. L. Turistificação do espaço e exclusão social: a revitalização do bairro de Jaraguá, Maceió - AL, Brasil. **Turismo em Análise**, v. 16, n. 1, p. 47-67, 2005.
- VASCONCELOS, F. P.; CORIOLANO, L. N. M. T. Impactos sócio-ambientais no litoral: um foco no turismo e na gestão integrada da zona costeira no Estado do Ceará/Brasil. **Revista da Gestão Costeira Integrada**, v.8, n. 2, p. 259-275, 2008.